

CÂMARA MUNICIPAL



DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 070/96

PROJETO N.º 065/96

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO

"Dispõe sobre a prorrogação do programa

de incentivos fiscais estabelecido pela

Lei Municipal nº 1.193/94."

Lei 1357

DIGITALIZADO
POR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO PMI Nº 332/96

Itapevi, 20 de dezembro de 1.996.

Senhor Presidente:

Valho-me do presente para solicitar, nos termos do disposto no art. 24 da Lei Orgânica do Município, se digne Vossa Excelência em convocar os ilustres Edis que compõem essa Egrégia Câmara Municipal para Sessão Extraordinária, objetivando a apreciação do Projeto de Lei encaminhado através da Mensagem nº 045/96.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOÃO CARLOS CARAMÉZ

Prefeito

Excelentíssimo Senhor

JADIR FRANCISCO DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de

ITAPEVI-SP.

RECEBEMOS
20 / 12 / 96
[Assinatura]
SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 045/96

Itapevi, 17 de dezembro de 1996

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Colenda Câmara, o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre prorrogação do programa de incentivos fiscais estabelecido pela Lei Municipal nº 1.193/94.

A importância da propositura reside na necessidade de propiciar continuidade, no período de 01 de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2.000, ao programa de incentivos fiscais adotado pelo Município para atrair investimentos nas áreas de indústria, comércio e prestação de serviços.

Trata-se, indubitavelmente, de providência que compete à atual Administração, visto que, nos termos da Lei Municipal nº 1.301, de 15 de fevereiro de 1996, o programa estaria encerrado em 31 de dezembro do corrente mês - consequentemente, nova lei de incentivos haveria de ser editada, ainda que conservando o teor da atual, visto que não é possível que a simples prorrogação da Lei ocorra após o prazo de vigência determinado.

Impende esclarecer, quanto a importância da prorrogação, que a Lei atualmente em vigor, de nº 1.193/96, foi amplamente divulgada pelo Conselho de Desenvolvimento de Itapevi - CODESI, ao qual incumbe a execução da política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.145, de 03 de junho de 1993, e, em decorrência deste trabalho, estão inscritas no programa 54 (cinquenta e quatro) empresas, sendo que, destas, aproximadamente 40% (quarenta por cento) já se encontram instaladas e em funcionamento no Município.

Impende esclarecer, ainda, que o teor da Lei Municipal nº 1.193/96 foi objeto de ampla pesquisa, de forma que se estabeleceu um programa de incentivos fiscais passível de cumprimento pelo Município, dentro da ordem constitucional e legislação superior atinente à matéria, tratando-se, portanto, de texto legal que dispensa, neste momento, dispositivos objetivando aparo de arestas - ocorrência que aliás já foi possível localizar em legislação da espécie de outros Municípios -, ainda que, logicamente, seja possível afirmar que, no futuro, competirá ao Executivo, em atuação conjunta com o Legislativo, prevenir para o programa seja sempre amparado em decorrência de modificações que hão de vir na legislação de alçadas federal e estadual, geradas em conformidade com alterações naturais provocadas pelo crescimento sócio-econômico do Estado de São Paulo e do País.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Informo, finalmente, que o prazo avençado para prorrogação estendeu-se até 31 de dezembro de 2.000 pela finalidade única e exclusiva de evitar sucessivas prorrogações, que demandam tramitação de projetos de lei específicos para o assunto em tela, impondo ainda maior acúmulo de serviços quando, reconhecidamente, Executivo e Legislativo têm, ainda, outros assuntos de extrema importância exigindo análise e manifestação. Considerou-se, também, que no decorrer do período transcorrido desde a edição da Lei, foi possível constatar a importância do programa, bem como sua efetiva colaboração para viabilizar melhores condições de trabalho para a população itapeviense, ocorrência que autoriza, doravante, seja o trabalho desenvolvido sem interrupções, certamente desde que, de acordo com o exposto, em conformidade com a legislação estadual e federal então vigente, Executivo e Legislativo possam assim considerar no decorrer do período previsto.

Nos termos do disposto no art. 35 da Lei Orgânica do Município, solicito urgência na apreciação do Projeto de Lei, por ser matéria de real interesse público, conforme demonstrado.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, renovando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.

RECEBEMOS

20 / 12

1996

SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

A COMISSÃO DE nº 01

nº 02

Sala das sessões 26 / 12 / 96

Presidente

APROVADO em 1ª Discussão
Sala das sessões 26 / 12 / 96

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 065/96

(Dispõe sobre prorrogação do programa de incentivos fiscais estabelecido pela Lei Municipal nº 1.193/94)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2.000, o programa de incentivos fiscais para atrair investimentos ao Município nas áreas de indústria, comércio e prestação de serviços, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.193, de 12 de maio de 1994, com as alterações produzidas pela Lei Municipal nº 1.301, de 15 de fevereiro de 1996.

Parágrafo único - O prazo para inscrição no programa, a que se refere o art. 4º da Lei Municipal nº 1.193/94, estender-se-á, de igual forma, para o período determinado no "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 17 de dezembro de 1996

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

APROVADO em 2ª Discussão
Sala das sessões 26 / 12 / 96

Presidente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO PMI Nº 332/96

Itapevi, 20 de dezembro de 1.996.

Senhor Presidente:

Valho-me do presente para solicitar, nos termos do disposto no art. 24 da Lei Orgânica do Município, se digne Vossa Excelência em convocar os ilustres Edis que compõem essa Egrégia Câmara Municipal para Sessão Extraordinária, objetivando a apreciação do Projeto de Lei encaminhado através da Mensagem nº 045/96.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOÃO CARLOS CARAMÉZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor

JADIR FRANCISCO DE SOUZA

**DD. Presidente da Câmara Municipal de
ITAPEVI-SP.**

RECEBEMOS
20 / 12 / 96
[Assinatura]
SECRETARIA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE Nº 001 E 002

PROJETO DE LEI nº 065 /96

Senhor Presidente:-

Quanto a legalidade nada a opor.

Quanto ao mérito, temos que a proposição dispõe sobre a prorrogação até o fim deste milênio, de programa de incentivos fiscais para atrair investimentos ao Município nas áreas da indústria, do comércio, bem como da prestação de serviços, conforme preconização da Lei Municipal nº 1.193, de 12 de maio de 1994, alterada pela Lei nº 1.301 de 15 de fevereiro de 1996, intento este que além de elogiável, se faz necessário à continuidade do notório desenvolvimento do nosso Município, impondo-se, por consequência, a sua integral aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões 26 de dezembro de 1.996

COMISSÃO Nº 01


VALTER FRANCISCO ANTONIO


JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LÚCIA R. DE SOUZA


ANTONIO DE SOUSA FARIAS


BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO Nº 02


LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ J. SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS


JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE Nº 001 E 002

PROJETO DE LEI nº 065 /96

Senhor Presidente:-

Quanto a legalidade nada a opor.

Quanto ao mérito, temos que a proposição dispõe sobre a prorrogação até o fim deste milênio, de programa de incentivos fiscais para atrair investimentos ao Município nas áreas da indústria, do comércio, bem como da prestação de serviços, conforme preconização da Lei Municipal nº 1.193, de 12 de maio de 1994, alterada pela Lei nº 1.301 de 15 de fevereiro de 1996, intento este que além de elogiável, se faz necessário à continuidade do notório desenvolvimento do nosso Município, impondo-se, por consequência, a sua integral aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões 26 de dezembro de 1.996

COMISSÃO Nº 01


VALTER FRANCISCO ANTONIO


JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LÚCIA R. DE SOUZA


ANTONIO DE SOUSA FARIAS


BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO Nº 02


LAERTE CASAGRANDE


MARIA RUTH BANHOLZER


HERMOGENEZ J. SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS


JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE Nº 001 E 002

PROJETO DE LEI nº 065 /96

Senhor Presidente:-

Quanto a legalidade nada a opor.

Quanto ao mérito, temos que a proposição dispõe sobre a prorrogação até o fim deste milênio, de programa de incentivos fiscais para atrair investimentos ao Município nas áreas da indústria, do comércio, bem como da prestação de serviços, conforme preconização da Lei Municipal nº 1.193, de 12 de maio de 1994, alterada pela Lei nº 1.301 de 15 de fevereiro de 1996, intento este que além de elogiável, se faz necessário à continuidade do notório desenvolvimento do nosso Município, impondo-se, por consequência, a sua integral aprovação.

É o parecer

Sala das Comissões 26 de dezembro de 1.996

COMISSÃO Nº 01


VALTER FRANCISCO ANTONIO


JOÃO FERREIRA DO MONTE


NORMA LÚCIA R. DE SOUZA


ANTONIO DE SOUSA FARIAS


BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO Nº 02


LAERTE CASAGRANDE


MARIA RUTH BANHOLZER


HERMOGENEZ J. SANT'ANNA


VITAL RONGIANO DOS REIS


JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 062/96

(Projeto de Lei nº 065/96 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

"Dispõe sobre prorrogação do programa de incentivos fiscais estabelecido pela Lei Municipal nº 1.193/94"

Art. 1º - Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2.000, o programa de incentivos fiscais para atrair investimentos ao Município nas áreas de indústria, comércio e prestação de serviços, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.193, de 12 de maio de 1994, com as alterações produzidas pela Lei Municipal nº 1.301, de 15 de fevereiro de 1996.

Parágrafo único - O prazo para inscrição no programa, a que se refere o art. 4º da Lei Municipal nº 1.193/94, estender-se-á, de igual forma, para o período determinado no "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 27
de dezembro de 1.996.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


SÉRGIO MONTANHEIRO
1º Secretário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.357, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1996

(Dispõe sobre prorrogação do programa de incentivos fiscais estabelecido pela Lei Municipal nº 1.193/94)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2.000, o programa de incentivos fiscais para atrair investimentos ao Município nas áreas de indústria, comércio e prestação de serviços, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.193, de 12 de maio de 1994, com as alterações produzidas pela Lei Municipal nº 1.301, de 15 de fevereiro de 1996.

Parágrafo único - O prazo para inscrição no programa, a que se refere o art. 4º da Lei Municipal nº 1.193/94, estender-se-á, de igual forma, para o período determinado no "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 30 de dezembro de 1996

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 30 de dezembro de 1996.

ANTONIO FRANCISCO DE MELO
Secretário de Governo